

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a edição de número 83 da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta edição é marcada pela diversidade de temas abordados e pela excelência acadêmica dos textos selecionados, os quais refletem o trabalho árduo e dedicado de pesquisadores nacionais e estrangeiros no campo jurídico.

Neste número, os leitores encontrarão uma variedade de reflexões e análises sobre questões cruciais que permeiam o cenário jurídico contemporâneo. Desde a discussão sobre as origens *soft law* e suas definições no direito internacional contemporâneo, apresentada por Amina Welten Guerra (Professora Substituta da UFMG), até o debate sobre a ética na governança da administração pública com o uso de *smart contracts* em contratos administrativos, conduzido por Carla Noura Teixeira (Unicuitiba) e Agatha Gonçalves Santana (Unama), cada artigo oferece uma contribuição valiosa para novas reflexões e o avanço dos conhecimentos jurídicos.

No campo do Direito Civil, Rodrigo Róger Saldanha (PUC/PR) e José Sebastião de Oliveira (UNICESUMAR) exploraram o papel da autodeterminação informativa na proteção da expressão humana no artigo intitulado “Persona Digital: A Ampliação da Proteção Civilista da Expressão Humana por Meio da Autodeterminação Informativa da Pessoa”. No âmbito do Direito de Família, Lygia Maria Copi (UNIBAGOZZI) propôs uma reflexão sobre “Crianças e Adolescentes LGBTQIA+: A tutela Jurídica da Identidade à Luz da Doutrina da Proteção Integral”.

No âmbito do direito comparado, Rodrigo Luz Peixoto (UFRGS) e Roberta Camineiro Baggio (UFRGS) investigaram a jurisprudência da América Latina e a invalidade das normas em um estudo intitulado “Estado de Direito e Responsabilização na América Latina: a invalidade das normas e impunidade na jurisprudência interamericana e os desafios do constitucionalismo após as transições das ditaduras militares”. Deo Campos Dutra (Universidade Católica de Brasília) também contribuiu para essa edição, com análise voltada à área do direito comparado, abordando o tema no artigo intitulado “Direito Público Comparado”.

Evidenciando o campo do Direito Constitucional, contamos com o artigo “Segurança jurídica, previsibilidade e flexibilidade: uma leitura do artigo 23 da LINDB” de Eduardo Rocha Dias (UNIFOR) e Fábio Lopes Alfaia (UNIFOR).

Houve, também, quatro interessantes estudos que se dedicaram a reflexões críticas no campo dos direitos humanos. O primeiro, de Armenio Alberto Rodrigues da Roda (UFBA) e Ercílio Neves Brandão Langa (Unilab), tratou do sistema de justiça tradicional na África, direitos humanos e o controle de convencionalidade e constitucionalidade; o segundo, das autoras Aline Beltrame de Moura (UFSC) e Carla Lerin (UFSC), dedicou-se à análise sobre a tensão entre a proteção e o controle migratório no contexto do sistema de asilo da União Europeia e as crianças desacompanhadas. Além destes, na seção dos artigos estrangeiros, encontra-se o terceiro artigo, apresentado por João A. Francisco (Universidade Católica de Angola), e trata da interpretação do artigo 26 da Constituição da República de Angola, a partir das lentes do direito internacional dos direitos humanos. Por fim, ainda nessa seção, encontra-se o quarto artigo de Norbert Rouland (Faculty of Law of Aix en Provence - França), no qual o autor abordou sobre o Universo dos Direitos Humanos.

Sobre o Direito Material Penal e Processual Penal, essa edição da revista traz duas contribuições relevantes. Primeiro, Eduardo Viana (UFBA) apresentou o texto “Dolo Como Vontade?” e, depois, Felipe Lazzari da Silveira (Universidade Católica de Pelotas - RS) trabalhou o tema “A Pandemia de Covid-19 e Seus Impactos na Prisão no Contexto Neoliberal”.

Focalizando temática da hermenêutica, João Maurício Adeodato (Uninove) e André Quintela Alves Rodrigues (USP) trabalharam a significação hermenêutica e retórica de círculo hermenêutico no direito. E ainda, no campo filosófico, Marcelo Galuppo (UFMG) propôs uma curiosa reflexão ao buscar responder a seguinte questão: “Existe Lugar para a Amizade na Política?”.

Corroborando a diversidade temática desta edição 83, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann (UFRGS) e Alice Pagnoncelli Pituco (UFRGS) apresentaram estudo intitulado “Mínimo Essencial de Segurança Sucessória em Holdings, Sociedades e Empresas Familiares: cláusulas societárias lícitas com efeito *post mortem* nas sociedades limitadas”. Roberta Simões Nascimento (UNB) abordou quanto ao emprego da análise econômica do direito na elaboração das leis. E, os autores José

Paes de Santana (Instituto Brasiliense de Direito Público) e Nefi Cordeiro (Instituto Brasiliense de Direito Público) apresentaram um estudo referente as “Variáveis Significativas na Percepção da Corrupção como Forma de Violência”.

Além das contribuições nacionais, temos o privilégio de apresentar uma seleção de artigos estrangeiros que enriquecem ainda mais o debate jurídico global. Assim, na seção dos artigos estrangeiros, Lorenzo Gagliardi (Università degli Studi di Milano) trouxe o texto “*I censimenti romeni e il caso dei proletarii*” e Gyooho Lee (Chung-Ang University) escreveu sobre “*Archival institutions and copyright in Korea*”. Contamos também com o artigo estrangeiro “*Consumer protection in online marketplaces*” de Esther Arroyo Amayuelas, (Universidade de Barcelona). Nas traduções, contamos com os textos da professora Evelyne Lagrange (Université Paris I Panthéon Sorbonne) sobre “Democracia e Soberania: Repensando a Legitimidade do Direito Internacional Público” e da professora Raphaële Rivier (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne) sobre “Comunidade internacional e oligarquia” e da professora Evelyne Lagrange.

Agradecemos de modo especial a todos os autores e autoras pelo empenho e qualidade dos trabalhos dirigidos à nossa revista, bem como aos pareceristas e colaboradores que prestaram relevante contribuição para a seleção e aprimoramento dos textos, nos lembrando, ainda, dos membros da nossa equipe de trabalho editorial. Sem o comprometimento e a dedicação de todos os envolvidos, não seria possível alcançarmos os elevados padrões acadêmicos que caracterizam as nossas publicações.

Por fim, convidamos os leitores a explorarem os artigos desta edição e a se envolverem no importante diálogo que eles promovem. Que este número inspire novas reflexões e descobertas em nossos leitores, assim como tem inspirado e desafiado a todos nós, que temos o privilégio de contribuir para esta publicação.

PROF. TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU
DIRETORA-EDITORA

PROF. LUCAS CARLOS LIMA
DIRETOR-ADJUNTO

